

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.103 - SP (2019/0301534-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : VANESSA PELLEGRINI ARMENIO - SP229887**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LEONARDO ROCHA DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEONARDO ROCHA DE OLIVEIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do HC n. 2203497-43.2019.8.26.0000.

Alega a Defensoria que o Juízo das Execuções concedeu ao paciente a progressão para o regime semiaberto, contudo indeferiu o pedido de livramento condicional.

Irresignada, a Defensoria Pública impetrou o writ originário perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 40):

***HABEAS CORPUS – LIVRAMENTO CONDICIONAL – INADEQUAÇÃO DO MEIO ELEITO PARA PLEITEAR BENEFÍCIOS DE EXECUÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO REQUISITO SUBJETIVO NO REMÉDIO HEROICO – ORDEM DENEGADA.***

No presente *mandamus*, sustenta a inexistência de progressão *per saltum* uma vez que não há previsão legal no sentido de que o apenado deve vivenciar um período razoável no regime intermediário antes de obter o livramento condicional.

Pretende, assim, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem para assegurar o benefício do livramento condicional ao apenado.

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta

# *Superior Tribunal de Justiça*

do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo das execuções.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator